

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se presencialmente no Plenarinho os membros do Conselho Municipal de Educação de São José dos Pinhais: Ana Lucia Rodrigues, Anderson Dias do Rosário, Angela Branco Guimarães, Carmen Lúcia de Oliveira Rocha, Clicie Maria Cancelier Negoseki, Dhébora Cristina da Silva, Domingas de Fátima Cardoso Amaral, Fátima Batistão Machado, Isabel Crisitina Zarpelon Trevizan, Izala Sidinéia Ramos Pampuch, Jefferson Lisandro Domingos, José Roberto Eduardo, Leila Gonçalves de Carvalho, Luiz Carlos Costa da Silva, Maria Madalena de Carvalho Hitner, Marillette Kuhnen, Marilza Aparecida Pereira Teixeira, Mônica Taís Neves da Silva, Queila Cristina I. Batista Martins, Raquel Santana, Rodrigo Cardozo Gomes, Stela Regina G. Wontroba, Tatiane de Fátima Kuzma e o participante Nelson Castanho, tendo como pauta: 1- Faltas justificadas/injustificadas; 2- 1.1- Aprovação da ata da reunião do dia 01/09/2022; 2- Organização da eleição de representantes suplentes na representação de Professores da Rede e do Ensino Superior (atuantes na formação de professores); 3- Portarias: Escolhas de Turmas e Serviços (Ensino Fundamental e Educação Especial); 4- Ponto Facultativo; 5- Reposição das Unidades Públicas: CMEI Luiz Stocco e Escola Ilza de Souza Santos; 6- Deliberação nº20/2020 inclusão de roteiro para abertura Sala de Recursos Multifuncional; 7-Calendários e Pareceres Escolas Privadas; 8- Correspondências emitidas e recebidas.

A 9ª Reunião Ordinária do Pleno de 2022 inicia com a Presidente do Conselho Municipal de Educação, Ana Lucia Rodrigues cumprimentando a todos. Em seguida, parte para o primeiro item da pauta, sendo ele “1- Faltas justificadas/injustificadas”. Os Conselheiros que justificaram suas ausências foram: Miliana de Cássia Soares, Marinês Gabriela Christoff Jarek, Juliana Grebe Rosa Ferraz, Marilza Aparecida Pereira Teixeira, Elaine de Azevedo, Henrique Erick Wiens, Claverson Luis Nogueira, Eliel Dantas de Almeida, Fábio Braun, Afonso Rendak e a Aldren da Cruz Singer de Mello. A Presidente Ana Lucia relembra a todos sobre a importância de justificar as suas ausências e de que forma deve ser feita a justificativa. Dando sequência a reunião, a Presidente Ana faz a entrega dos Termos de Posse dos Conselheiros que não participaram da reunião de Eleição e entrega de Termo de Posse. Seguindo a Pauta, a Presidente Ana Lucia Rodrigues informa sobre a aprovação da ata da reunião do dia 01/09/2022. Sem manifestações contrárias, a Ata é dada como aprovada. O segundo item da Pauta é “Organização da eleição de representantes suplentes na representação de Professores da Rede e do Ensino Superior (atuantes na formação de professores)”, e a Presidente Ana Lucia explica como será feito lembrando que isso foi decidido na reunião anterior e questiona aos Conselheiros se é possível que a data seja o dia 02/12. Sem colocações contrárias, a data é dada como aprovada. A Presidente Ana cita sobre formar a comissão que irá fazer parte. Os nomes que se prontificaram a ajudar foram: Ana Lucia Rodrigues, Luiz Carlos Costa da Silva, Mônica Taís Neves da Silva, Angela Branco Guimarães e Izala Sidinéia Ramos Pampuch. A Conselheira Mônica manifesta-se com uma dúvida: “Ana, em relação às Atas, eu vi que hoje é a aprovação da ata do dia 01/09/2022. Como funciona a aprovação dessas atas?” A Presidente Ana Lucia Rodrigues explica a ela como funciona e comenta que a data da ata aprovada neste mesmo dia está um pouco atrasada pela baixa

quantidade de pessoas trabalhando no Conselho, porém, há pouco tempo a Professora Vanessa começou a trabalhar junto na sala do CME e que, portanto, as atas faltantes seriam concluídas e aprovadas brevemente. A Presidente Ana Lucia passa para o terceiro item da pauta que seria “3- Portarias: Escolhas de Turmas e Serviços (Ensino Fundamental e Educação Especial)”. O Conselheiro Luiz expõe no telão para os Conselheiros na reunião para que todos possam acompanhar juntos. A Presidente Ana informa que a Portaria foi analisada e feita alterações. As mesmas poderão ser realteradas e discutidas durante a reunião presente. A Portaria do Ensino Fundamental foi de fato modificada e explicada pela Presidente durante. Com detalhes a Presidente Ana apresentou o motivo das alterações e cada artigo da Portaria que ainda não tem número. Durante a apresentação desta Portaria, o Conselheiro Anderson faz um questionamento relacionado quando há um profissional trabalhando “emprestado” em outra Secretaria. A Conselheira Clicie ajuda-o faz uma explicação com suas palavras que sim, há funcionários emprestados, inclusive em outros Municípios, e que esta Portaria se aplica sim a esses funcionários. Durante as modificações, a Presidente Ana tira algumas dúvidas com a Conselheira Clicie e com a Conselheira Angela. Após esclarecidas, a Presidente Ana Lucia continua a apresentação da Portaria mostrando a tabela de Formulário de Escolha. A Presidente Ana Lucia Rodrigues apresenta as alterações e os motivos das alterações. Em seguida, é exposto a Sugestão de Portaria para escolha de serviços da Educação Especial. A Presidente Ana inicia lendo o Art. 1º e debatendo sobre com a Conselheira Clicie. Esclarece-se que se deve ficar do jeito que está. Os Artigos do 2º ao 7º não sofrem alterações. O Art. 8º é alterado e um parágrafo único foi adicionado. A Conselheira Dhébora faz uma observação importante sobre o Parágrafo único e sugere especificar com mais clareza a quantidade de membros requisitas na questão em si. Todos os Conselheiros concordam e a alteração é feita. A Presidente segue a leitura e os Artigos do 9º ao 12º não são modificados. O Parágrafo Único recebe uma adição. Art. 13º e Art. 14º permanecem sem alterações. Art. 15º é alterado. Art. 16º se mantém e os Art. 17º ao 20º são modificados. Durante a explicação do Art. 18º, a Presidente Ana solicita que a Conselheira Clicie esclareça a modificação. A Conselheira esclarece e a Presidente Ana conclui a leitura e as alterações. Posteriormente, a Presidente Ana Lucia Rodrigues expõe o Formulário de Escolha e apresenta as adições e alterações. Neste momento, a Conselheira Clicie informa que conversando com a sua equipe do departamento da Educação Especial, chegaram a conclusão de que seria importante fazer um acréscimo no item nº3 do Formulário – Cursos – Descrição de cada item. A alteração da quantidade de declarações de 05 para 03 e contando com apenas 1 ano letivo é aprovada em votação por unanimidade. A Presidente Ana Lucia passa para o item 4 – Eventos da área da Educação Especial e pergunta se a Conselheira Clicie pode explicar o que é e sobre as alterações feitas. A Conselheira Clicie se posiciona explicando e informando quais são e o porquê das alterações. O Conselheiro Anderson tem uma dúvida: “Ali ficou a situação da participante na Educação Especial, e se eles fizessem a mesma coisa em outros Departamentos e em outras Secretarias?” A Conselheira Clicie explica ser somente da Educação Especial e cita alguns exemplos para deixar bem esclarecido. A Presidente Ana conclui a apresentação desta Sugestão de Portaria para escolha de serviços da Educação Especial e segue para Portaria do Processo de Escolha de anos/turmas das Escolas da Educação Especial. Antes de apresentar, a Presidente Ana faz a lembrança de que antes a Portaria era a mesma para as Escolas Especiais e Ensino

Fundamental, agora é feito separadamente. A Presidente Ana Lucia inicia a leitura. O Art. 1º e o Art.2º permanecem iguais e o Art. 3º é alterado. Foi inserido um parágrafo único e os Art. 4º ao Art. 11º se mantiveram sem alterações. Art. 12º e Art. 13º receberam modificações simples. Art. 14º e Art. 15º com 4§ foram adicionados. Art.16º e Art. 17º se mantiveram e o Art. 18º sofreu alteração. Art. 19º também se manteve igual. A Presidente Ana Lucia Rodrigues segue para o Formulário de Escolha. Houve a adição de mais duas opções no item “Opções de escolha” e modificação nos Itens 2, 3 e 4. O restante se mantém sem alteração. A Presidente Ana prossegue a reunião para as aprovações das Portarias. Portaria do Ensino Fundamental aprovada por unanimidade, Portaria dos Serviços da Educação Especial aprovada por unanimidade e Portaria da Educação Especial sendo uma direcionada apenas para as Escolas Especiais, aprovada por unanimidade. A Presidente Ana Lucia passa para o próximo item da pauta que é sobre o Ponto Facultativo. A Presidente Ana Lucia explica que o calendário letivo do CME prevê 202 dias já por conta da Sexta-Feira Santa e do Dia do Servidor Público, portanto, o Secretário Municipal da Educação Aldrian enviou o Ofício nº1558/2022-SEMED para o CME. A Presidente Ana faz a leitura do mesmo e informa que então, esse dia que sobraria pode ser usado neste Ponto Facultativo do Dia do Servidor Público. A Presidente Ana Lucia Rodrigues pergunta aos Conselheiros se alguém é contrário sobre o uso desta data, e sem manifestações, fica aprovado a solicitação da SEMED sobre este Ponto Facultativo. Seguindo para o próximo item da pauta que é a Reposição das Unidades Públicas: CMEI Luiz Stocco e Escola Ilza de Souza Santos. A Presidente Ana Lucia informa que o CMEI Luiz Stocco encaminhou um Ofício e faz a leitura do mesmo: “Ofício N°080/2022 Vimos por meio deste solicitar a dispensa das crianças do CMEI, nos dias 20 e 21 de outubro, para que possamos realizar a mudança do salão da Igreja para CMEI. Tendo em vista, que a Igreja vai precisar do salão, precisamos efetuar a limpeza e todos os espaços, a organização das salas, para podermos atender as nossas crianças da melhor forma possível. Cientes que iremos fazer a reposição dos dias, em data a ser agendada. Desde já agradecemos a compreensão. Colocamo-nos a disposição, para qualquer dúvida.” A Presidente relembra a todos que foi conversado sobre isso e que a Unidade iria conversar com o Conselho Escolar e trazer para nós uma proposta de reposição para o CME. E a Presidente Ana aproveita para fazer um adentro, de que o Conselheiro Fábio sugeriu que tomassem uma atenção em relação à reposição quando se diz em ter aula, ao invés de só brincadeira. A Conselheira Mônica se manifesta defendendo que as aulas podem ser lúdicas mesmo com brincadeiras. A Conselheira Leila se manifesta dizendo que se perdeu um dia de aula, a reposição deve acontecer desta aula e não ter apenas um dia de brincadeira. A Presidente Ana Lucia explica mais uma vez a solicitação do Conselheiro Fábio. A Conselheira Raquel também se posiciona expondo seu olhar para essa situação. A Presidente Ana cita sobre a Escola Ilza de Souza Santos que fez uma mudança nos dias 24 e 25 de outubro, e foi conversado sobre qual dia fazer a reposição. A Presidente Ana Lucia Rodrigues comenta sobre o sábado letivo do dia 08 de outubro ter sido repostado no dia do Lazer Acessível, e que um dia seria repostado no dia da Corrida do Surdo e o outro na apresentação de Natal das crianças e estudantes no Shopping São José. Essa reposições justificam-se por serem atividades extracurriculares. A Presidente Ana questiona ao colegiado se alguém é contrário a estas datas da reposição, e sem manifestações contrárias, as datas são aprovadas. Seguindo a reunião, a Presidente Ana Lucia passa para o próximo item da pauta, que é a Deliberação nº20/2020 inclusão de roteiro para

abertura Sala de Recursos Multifuncional. A Presidente Ana Lucia faz a leitura do Ofício recebido da Divisão de Estrutura e informa que este assunto terá que ser feito a análise com a comissão da Câmara de Normas e Planejamentos, para a próxima semana, na quarta feira, 09-11-22, pois na semana seguinte será o Encontro Nacional da Uncme- PR e posteriormente retornar ao Conselho Pleno para aprovação. Seguindo a pauta, o 7º item é sobre os Calendários e Pareceres Escolas Privadas. O Conselheiro Luiz faz a leitura dos nomes das Escolas Particulares com os Calendários Letivos 2023 para serem aprovados e homologados: “CEI AnnelieseKrigsner – Terra Mãe, CEI Arcanjos, CEI Árvore do Saber, CEI Betel, CEI Pequeno exemplar - Cirandar, CEI Construindo o Saber, CEI Coração de Criança, CEI De Olho no Futuro, CEI Dindon, CEI Educarte Kids, CEI Espeaço Kids, CEI Gente Feliz – Fundação Itaqui, CEI Letrinhas Coloridas, CEI Magia da Criança, CEI Mágica do Aprender, CEI Colmeia Montessori, CEI Cantinho Mágico, CEI Nova Conexão, CEI Pátio Educar, CEI Pequeninós – Mamãe com Açúcar, CEI Transição – 1,2 e 3, CEI Mundo Criativo, CEI Sítio do Pica Pau Amarelo, Colégio Acesso São José, Adventista, Adventista Afonso Pena, Colégio Bom Jesus, Elite centro, Elite Ambiental, Escolinha da Graça, Escola Coliseu, Escola Da Colina, Escola de Educação Infantil Brincantes, Escola O Pequeno Polegar, Escola o Pequeno Polegar Baby, Estação Criança, Escola Filadélfia, Escola Renovação Kids, Escola Terra da Criança, Escola Terra Mater – Dom Bosco, Escola Legacy e o Colégio Exemplar.” A Presidente Ana Lucia coloca para aprovação a homologação dos Calendários e por unanimidade, a homologação é aprovada. Depois, a Presidente Ana faz um comentário sobre uma publicação que a mesma viu no Facebook. A Publicação dizia sobre escolas de Educação Infantil Particulares em SJP, porém na publica havia nomes de escolas que a SEMED não conhece. O Conselheiro Anderson comenta sobre centros de Recreação que usam o nome de escola como Marketing, o que é inaceitável. O Conselheiro Rodrigo expõe que teve uma conversa com o Secretário Aldrian sobre, dentro da página da Prefeitura, conter uma lista com todos os nomes das escolas regularizadas. A Presidente Ana Lucia concorda e acha interessante deixar exposto quais escolas tem a autorização de funcionamento. Seguindo para o próximo item da pauta, a Presidente Ana passa para as correspondências emitidas e recebidas. A Escola Magia da Criança pediu Credenciamento e Autorização de Funcionamento da Educação Infantil. Os documentos foram analisados e estão de acordo. A Presidente Ana Lucia Rodrigues questiona se há alguém contrário e sem nenhuma manifestação, este Credenciamento e Autorização de Funcionamento da escola Magia da Criança é aprovado. Em seguida, a Presidente Ana Lucia apresenta os últimos PPPs para serem aprovados. Os PPPs são das escolas: Rural São Francisco de Assis, Rosi Marchesini, Leci Caldeira, Leopoldo Scherner, Pedro Constantino da Rocha, Luiz Singer, Aníbal Ribeiro Leal, Pedro Moro Redeschi e o CEI Arcanjos. Sem manifestações contrárias a homologação, os PPPs são aprovados. O Conselheiro Anderson questiona sobre a questão dos prazos das entregas e a Presidente Ana explica que há prazos específicos e que as escolas são notificadas quando não cumpridos. O Conselheiro Rodrigo confirma sobre as notificações terem acontecido com as escolas que não haviam entregado os documentos solicitados. Passando para os contratos de Compra de Vagas, a Presidente Ana lê os nomes das escolas: “As contratações são do Cantinho Mágico, Castelo Colorido e Mundo Criativo e as renovações do Pátio Educar, Letrinhas Coloridas, Primeiros Passos, Coliseu, Estrela Guia São Marcos, Educando para o Futuro, Estrela Guia Costeira, Exemplar São Marcos, Itaqui, Estrelinha de

Jesus, Betel, Espaço Kids, Pequeno Exemplar, Brincantes, Semeando o Futuro e Dindon.” A Presidente Ana explica que essa questão também passa pela análise do CME, informa que todos são autorizados e bem vindos para fazer parte desta análise também, e que os documentos estão disponíveis para análise de modo físico e não digitalizados. Sem manifestações contrárias, as contratações são dadas como aprovadas. Próximo assunto é sobre as matrículas fora da idade de data corte. A Presidente Ana Lucia informa que foram atrás para resolver isso e entender o que está acontecendo. A Presidente também comenta que no ano de 2021, quem iniciou isso foi a Conselheira Carol quando ainda trabalhava na Divisão de Estrutura e Funcionamento. Em seguida, a Presidente Ana informa que devido a grande confusão que houve, no início do ano o Conselho Nacional fez outro Parecer dizendo que somente quem estava matriculado no Pré I e no Pré II, mas não foi homologado pelo Ministro. Portanto, o que está valendo é o anterior homologado pelo Ministro. A Presidente Ana Lucia Rodrigues explica que as escolas devem conversar com as famílias e que quando esteve no Conselho Nacional de Educação questionou sobre, e os mesmos confirmaram não ter valor já que não está homologado pelo Ministro. O Conselheiro Anderson questiona qual o mês de nascimento dessas crianças que estão matriculadas e a Presidente Ana responde que a maioria é de abril. A Presidente Ana coloca para aprovação e é aprovado pelo colegiado. O Conselheiro Rodrigo solicita a Presidente Ana que seja solicitado as Unidades de Ensino Particulares o quadro de alunos matriculados na Educação Infantil já no início do ano. O membro do SINSEP, Nelson Castanho, que também estava participando da reunião, manifesta-se: “Ana, com essa decisão do STF e do Conselho, a SEMED está se avaliando? Porque virá uma demanda por causa da obrigatoriedade das crianças de 0 à 3. Está havendo alguma estudou ou algo do tipo?” A Presidente Ana Lucia responde: “Então, terá uma reunião na próxima semana, a Presidente da UNDIME Paraná disse para marcarmos uma reunião para conversarmos porque os Municípios não tem condições de abarcar todo mundo. Não tem condições. A própria confederação dos Municípios já se manifestou que os Municípios não têm condições. Portanto, está sendo estudado sim para ver de que forma porque, por exemplo, Curitiba e São José dos Pinhais não têm.” O senhor Nelson Castanho acrescenta: “Mas acho que deveria haver um debate mais na perspectiva de mudar a referência porque realmente o Município não tem porque há uma lógica de atender, uma demanda que é mais ou menos 2 mil. Não e adequou, não se investiu, então é um debate que precisa de um Conselho com representantes de vários documentos fazer até para poder levar para outros setores e até para que o Estado Brasileiro assuma isso como um compromisso e viabilize os recursos.” A Conselheira Mônica pede para colocar 3 itens na pauta. A Presidente Ana Lucia permite que seja adicionado para a pauta da próxima reunião, porém informa que as solicitações de adições na pauta devem ser feitas antecipadamente e encaminhadas formalmente para o CME. A Presidente Ana Lucia Rodrigues diz que colocará as correspondências recebidas e depois dará a fala para a Conselheira Mônica. O CME recebeu a solicitação do encaminhamento de um representante para participar da remoção, e o Conselho, após conversar sobre, escolheu a Conselheira Madalena. No dia 27 de outubro, na Câmara Municipal de São José dos Pinhais, aconteceu a entrega do Prêmio Professor Nota 10. Foram 3 representantes, uma do Ensino Fundamental, uma da Educação Infantil e uma da Educação Especial. A Presidente comenta ser uma iniciativa muito interessante e o quão merecido foi essa entrega de prêmios. O CME também recebeu a correspondência da atual Presidente do FUNDEB,

Mairy Molina, solicitando a indicação de um representante do CME para compor o Conselho do FUNDEB. A Presidente Ana informa que a Conselheira Marilza havia se manifestado com interesse em participar do Conselho do FUNDEB, porém não estava presente na reunião por motivos de saúde, mas sua indicação permanece. A Conselheira Clicie se posiciona interessada em participar também sendo Suplente da Conselheira Marilza. Sem manifestações contrárias, as indicações das Conselheiras Clicie Maria Cancelier Negoseki e Marilza Aparecida Pereira Teixeira para representação no Conselho do FUNDEB. A Conselheira Mônica faz as suas colocações. A primeira citação da Conselheira Mônica é a solicitação de revisão pela Câmara do Ensino Fundamental e Educação Especial sobre o Plano Emergencial de Recuperação de Estudos e detalhe os pontos necessários a serem discutidos. A segunda colocação é que seja feito um Parecer pelo CME sobre a reposição dos dias do TRE porque nas escolas está sendo colocado que os professores só podem tirar esses dias nas suas permanências. E terceira colocação da Conselheira Mônica é sobre uma denúncia que chegou no Sindicato de um Espaço Educacional Particular que participa do Programa de Aquisição de Vagas e que está acontecendo um tipo de preconceito e diferenciação no tratamento entre os estudantes que são pagantes e matriculados diretamente na escola e os estudantes participantes do Programa. A Conselheira Mônica detalha que os alunos ficam em espaços diferentes. A Conselheira Mônica não tem o nome exato da escola, porém confirmará o nome da instituição para colocar em pauta na próxima reunião. A Presidente Ana Lucia Rodrigues então, informa que o Parecer sobre o TRE irá para discussão na Câmara de Planejamento e Normas e comenta sobre a importância de pedir um Parecer do TRE para se basear na formação do Parecer do CME, e também, saber a quantidade de profissionais que trabalharam nos dias de eleição. O Conselheiro Luiz solicita que seja enviado formalmente a denúncia sobre a escola particular para o CME. Sem mais o que tratar, a Presidente Ana Lucia Rodrigues agradece a presença e participação de todos, cita sobre as futuras reuniões de Câmaras e que enviará o comunicado a todos sobre as datas. A 9ª Reunião Ordinária do Pleno de 2022 chega ao final.

A Ata digitada será assinada pelo Secretário Luiz Carlos Costa da Silva, e pela Presidente Ana Lucia Rodrigues, conforme Deliberação CME/SJP nº 11/2020.